

Reflexões sobre a greve em curso

Decorridos quase 30 dias do início da greve (em 27/5), cabe fazer uma avaliação de conjuntura do movimento, que leve em conta os passos que demos até aqui; os fatores que alimentam a intransigência dos reitores; o papel desempenhado por importantes protagonistas externos, como o governador e a mídia comercial; e, evidentemente, a evolução das finanças públicas e dos repasses às universidades.

Não custa lembrar que temos quatro eixos de reivindicação, sendo que os três primeiros são os mais importantes: **1.** Arrocho não!; **2.** Aumento do investimento de recursos públicos nas universidades estaduais; **3.** Transparência e controle dos recursos e gastos das universidades; **4.** Necessidade de mudança do teto salarial.

Por outro lado, apresentamos propostas concretas, razoáveis, factíveis para todas estas reivindicações. Vejamos:

1. a) Há tempos vimos alertando o corpo da universidade de que a “solução clássica” da administração para eventuais dificuldades financeiras é o recurso ao arrocho de salários, isto é, à imposição de perda salarial para financiar a operação das universidades;

b) Para combater esta perspectiva na USP, nos valemos de dados do próprio orçamento aprovado pelo Conselho Universitário (Co) em 25/2, isto é, as previsões de R\$ 129 milhões de reserva de ajuste, justamente para este fim; e R\$ 195 milhões de remuneração financeira.

Juntas, tais rubricas totalizam R\$ 324 milhões, permitindo uma enorme margem para negociação salarial na data-base (maio de 2014). Só para registrar: R\$ 260 milhões seriam suficientes para conceder 7,05% de reajuste para docentes e funcionários técnico-administrativos de maio a dezembro de 2014. À semelhança, cálcu-

los como estes poderiam ser feitos nos casos da Unesp e da Unicamp.

c) Note-se que, com isso, estamos deixando parte do crescimento nominal do ICMS em 2014 “fora da conta”, possibilitando algum ajuste no comprometimento da USP. O crescimento acumulado do ICMS arrecadado deve ficar este ano em torno de 7,5%.

2. No entanto, a necessidade de aumento do investimento do Tesouro Estadual na USP, Unesp e Unicamp é real, pois, além de arcarmos com a folha dos aposentados, houve um esforço muito significativo de expansão nas três universidades, sem a correspondente expansão perene de recursos. Quanto a esta questão, identificamos e denunciemos perdas de recursos; e propusemos formas objetivas de superá-las. As perdas possuem três origens distintas:

a) Nota Fiscal Paulista (NFP),

um programa do governo que está sendo financiado com a retirada de recursos dos municípios, da Educação, da Saúde e de outros direitos sociais. Para acabar com isto é preciso mudar a lei que instituiu o programa;

b) O desconto do montante destinado à Habitação, antes do cálculo dos 9,57%, que é irregular, mas foi acordado entre o governo e o Cruesp;

c) Devido à interpretação dada ao texto do artigo 4º da LDO, o governo retira da base de cálculo dos 9,57% diversas alíneas estritamente ligadas ao ICMS, tais como: juros de mora, juros da dívida ativa, parcelas do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) e Programa Especial de Parcelamento (PPE). No entanto, ao repassar aos municípios o ICMS a eles devido, o governo estadual paga todas essas alíneas.

Apresentamos também os nú-

meros que revelam a “concretude” da desconsideração de todas estas parcelas, demonstrando, com clareza, a perda da qual falávamos há anos.

Pois bem: para resolver os problemas referidos nos itens (b) e (c), propomos mudar o texto do artigo 4º da LDO-2015, incluindo a expressão “do total do produto do ICMS”, proposta já apresentada duas vezes na Assembléia Legislativa (Alesp), sendo que o governo não deixou passar. O montante da perda de verbas das universidades pelo fato de o governo Alckmin desconsiderar tais parcelas é de mais de R\$ 1,4 bilhão entre 2008 e 2013! E a sangria continua em 2014...

Se somarmos a perda devida à NFP, este montante ultrapassa R\$ 2 bilhões entre 2008 e 2013!

d) Disposto a expandir os recursos necessários para dar sustentabilidade perene ao grande esforço de expansão das universidades estaduais paulistas a partir de 1995 — quando a alíquota destinada às universidades passou de 9% para 9,57% — o Fórum das Seis articulou-se na Alesp para que fossem apresentadas propostas de emendas à LDO-2015 com as alíquotas de 10,5%, 11% e 11,6% para as universidades (no lugar dos atuais 9,57%), todas com o enunciado que nos interessa: “total do produto do ICMS...”. Há ainda a possibilidade de a relatora (deputada Maria Lúcia Amary, do PSDB) apresentar emenda de sua autoria, com números diferentes.

3. Quanto à transparência das contas e ao controle do que entra e sai, questão esta intimamente ligada à democratização das estruturas do exercício de poder, apontamos a necessidade de: **a)** publicação de dados brutos (não agregados), de forma a permitir acompanhar a entrada e a execução de

continua na p.2...



Arraial da Greve
Sexta-feira, 27 de junho, 12 horas, em frente à Reitoria da USP
festa junina em defesa da universidade pública

Consulte a agenda do movimento em www.adusp.org.br

continuação da capa

todos os recursos das universidades, incluindo as verbas próprias; b) exame detalhado e público de todas as contas da gestão Rodas e da presente gestão é essencial. Em particular, exigimos e denunciamos que a destinação de R\$ 609 milhões para obras em andamento (R\$ 192 milhões) e restos a pagar (R\$ 417 milhões) merece escrutínio cuidadoso; caso sejam irregulares, os contratos correspondentes podem ser corrigidos e ou declarados nulos de direito.

Há mais, porém! A Adusp contribuiu significativamente para o debate sobre democratização, consolidando documentos que versam sobre “Concepção de Universidade”, “Ensino, Pesquisa e Extensão” e “Gestão democrática, necessidade de transparência e responsabilidade social”. Estes documentos são públicos e foram apresentados no Co de 3/6, constituindo-se na única intervenção mais abrangente, mais completa e mais organizada sobre os temas em questão (como reconhecido, na ocasião, por diversos conselheiros).

4. Apresentamos farta argumentação sobre a necessidade de mudança das regras do teto salarial no Poder Executivo, avançando, em conjunto com outros setores do funcionalismo estadual, no sentido de buscar uma solução para esta questão, dadas as limitações impostas pelas reformas da Previdência dos governos FHC e Lula: mudar a Constituição Estadual para que o teto salarial passe a ser 90,25% do subsídio de um ministro do STF, a exemplo do que foi feito em Pernambuco. Tal providência é autorizada pela Emenda Constitucional 47/2005 e faria com que o teto passasse hoje a ser de R\$ 26.589,68.

Conclusões por ora. O resultado político e prático da racionalidade das propostas e soluções que apresentamos aufere grande legitimidade à greve no interior das universidades, embora tal legitimidade não implique, na USP, a extensão ou adesão necessária a um maior avanço do movimento.

Embora muito importante, essa racionalidade por si só não basta para promover, imediatamente, a reversão ou mesmo a suspensão da implantação em curso de um projeto privatista, produtivista e de mercantilização da universidade pública. Precisamos nos preparar para um embate no mais longo prazo; sendo assim, nesta conjuntura, ajudar a empregar a energia do movimento de modo

sábio é vital!

Por outro lado, a consistência e a legitimidade das propostas e soluções referidas provoca imenso desgaste político, tanto ao Cruesp como ao governo Alckmin. Na USP, não há memória de reitor que tenha se transformado de “herói” em “vilão” tão rapidamente, que tenha sido desmascarado em tão pouco tempo e, assim, perdido o seu “capital político”.

O movimento foi capaz de produzir fatos políticos importantes: os atos na Alesp, em frente à Reitoria da Unesp, a ida à Reitoria da USP, a mobilização em Ribeirão Preto por ocasião da visita do reitor, a Aula Pública na Praça da Sé e outros. O trabalho da Comissão de Mobilização da Adusp, reconhecido e elogiado, constituiu-se em um ganho organizativo muito importante.

Nossas tarefas na Alesp não estão terminadas, muito ao contrário. Voltamos à casa na terça, 24/6, e na quarta, 25/6, para pressionar a Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento (CFOP) em defesa do acolhimento das nossas propostas para a LDO-2015, e certamente teremos de retornar em novas datas.

Além disso, há uma densa programação prevista para esta sexta-feira, 27/6, diante da Reitoria da USP, o que inclui festividades juninas, pois a alegria sempre fez parte de nossas atividades: decididamente não compactuamos com o mau-humor da oligarquia que desgoverna esta universidade! O ato público de 27/6 e os futuros tópicos da agenda de greve estão sendo organizados e serão promovidos com determinação e entusiasmo, ainda que ao reitor incomode a “dinâmica sindical” (*sic*) que resiste na instituição!

Com que lidamos? Além de um bloqueio contra nós cada vez maior da mídia, acompanhado da publicação de matérias escandalosamente enviesadas (vide, p. ex., entrevista de Zago à revista *Veja*), há também a influência direta do governo Alckmin, provavelmente ameaçando reitores caso seja alterado o artigo 4º da LDO-2015: “Muda-se algo e eu veto”. Uma consequência disto, na prática, poderia ser a perda da autonomia, aspecto este que já enfrentamos por duas vezes, com sucesso (recorde-se a frustrada tentativa de Serra, em 2007). De que outro modo haveríamos de entender o discurso dos reitores de que a autonomia das universidades “está ameaçada”?

É bom lembrar que governos conservadores abominam ter que lidar com verbas vinculadas e fa-

ção o que puderem para livrar-se delas. Ademais, há o dado estrutural da reforma neoliberal ainda em curso, ou seja: a desobrigação do Estado com os direitos sociais, juntamente com tentativa recorrente de transformação desses direitos em mercadoria. Esta análise, bem conhecida, de forma alguma conduz à conclusão de que devemos deixar de insistir em nossas propostas, porque o custo político de um eventual veto do governador Alckmin seria muito alto, em especial num ano eleitoral como é 2014.

O dano causado às universidades estaduais paulistas pela gestão Rodas, do qual participaram os atuais reitor e vice-reitor da USP — os quais agora afirmam “não sei, não vi, não participei” — é enorme, tornando-se um instrumento do governo Alckmin. Se, de um lado, é urgente a ampliação de recursos para estas instituições, de outro lado os desmandos do reitor Rodas e companhia dão margem à alegação de que o problema se deve apenas à “má gestão”. É como se as outras duas universidades não fossem testemunhas da urgência da ampliação de verbas vinculadas, sob o risco de destruição do importante patrimônio cultural, artístico, educacional, científico e tecnológico representado por estas universidades. Sabe-se que, para destruí-las, bastam alguns anos de arrocho e sucateamento; ao passo que para construir algo do porte da USP, Unesp e Unicamp levam-se décadas.

Em associação a este quadro, temos de enfrentar a intransigência, o autoritarismo, a inépcia do Cruesp. Basta lembrar que a presidente do Cruesp assumiu “ter compromisso” de contribuir para que emenda à LDO-2015 fosse feita, contemplando a expressão “total do produto do ICMS”, mas sequer foi capaz de conseguir que algum deputado apresentasse tal emenda. Pior, porém, é o reitor da USP:

- Agride e desprestigia publicamente a universidade, como fez em Ribeirão Preto ao afirmar que a USP não dá o devido retorno à sociedade, trazendo à lembrança o crime da lista dos “improdutivos” perpetrado pelo ex-reitor José Goldemberg;

- Alega a docentes e funcionários que o arrocho salarial é inevitável, ao mesmo tempo em que sinaliza ao governo que as universidades não precisam de mais dinheiro. O que será que ocorreu com o discurso do candidato Zago: “O problema da USP é político, não econômico”?

- Ataca o Regime de Dedicção

Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), que é um regime de trabalho essencial para o funcionamento de universidades dignas deste nome, dizendo que há RDIDP “demais”;

- Deixa de responder energeticamente a propostas inconstitucionais de ensino pago nas universidades estaduais, chegando a declarar que esta “demanda da sociedade” precisava ser discutida na USP. E desde quando a posição do jornal *Folha de S. Paulo* expressa demandas sociais efetivas?

- Até hoje, não conseguiu entender ou por ordem na administração da universidade, incapaz de coordenar sua organização. O exemplo mais cabal desta incompetência é o modo inepto e irresponsável como conduz a a questão da EACH;

- O dinheiro utilizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa para financiar os Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPs) veio de decisão de J.G. Rodas, para ser confiscado na presente gestão; ora, o então pró-reitor de pesquisa não sabia da sua origem, nem que poderia comprometer o orçamento da USP?!? Terá sido, então, um método nada democrático de fazer campanha com dinheiro público?

Embora inteiramente destituída de razão e desprovida de argumentos, frente a propostas de racionalidade e justiça indiscutíveis, a intransigência de Zago não será facilmente revertida. Incapaz de defender a instituição e administrativamente incompetente, ele se tornou representante e porta-voz do governo Alckmin, tirando proveito da estrutura autoritária em vigor na USP para rejeitar qualquer forma de interlocução quanto às questões salariais e de financiamento das universidades estaduais paulistas. Aguardemos para ver que efeitos práticos terão as resoluções de várias Congregações de unidades pela reabertura de negociações: FFLCH, IP, IME, EACH.

Trazer os reitores de volta à mesa de negociação não será tarefa fácil, uma vez que o Cruesp funciona por consenso. Assim sendo, torna-se muito importante debater os rumos que devemos tomar em futuro próximo, para enfrentar não apenas o arrocho de salários, mas para prosseguirmos na contraposição a um projeto de universidade que temos combatido há várias décadas. Ou seja: temos que incluir entre as nossas palavras de ordem o questionamento da Reforma do Estado, o que inclui a consigna “Fora o Protocolo de Bologna”!

Fórum das Seis promove aula pública na Sé

A Aula Pública “Direito à Educação e à Saúde”, realizada na Praça da Sé, em São Paulo, em 18/6, contou com a presença de convidados e de representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis, além de delegações das universidades estaduais paulistas, inclusive dos campi da Unesp de Guaratinguetá, Bauru e Franca.

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) saudou a mobilização, lembrando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 deverá ser aprovada até 30/6 e que é importante a presença de todos no processo de discussão e votação das emendas propostas pelo Fórum das Seis.

“Nós estamos aqui para dizer ao povo do Estado de São Paulo que estamos atentos, que vamos resistir, que não vamos permitir que o governador, com a cumplicidade dos reitores das três universidades públicas, faça com o ensino superior público paulista aquilo que conseguiu fazer com o ensino fundamental e médio, que hoje é terra arrasada”, afirmou em seguida o professor João da Costa Chaves Júnior (Adunesp).

“Estamos aqui mais uma vez para denunciar o abuso, o absurdo, que comete o governador Geraldo Alckmin, para desmontar a estrutura da universidade pública, gratuita e de qualidade”, disse João Carlos de Oliveira (Sintunesp).

“Os estudantes da USP estão em greve nesse momento em apoio à luta dos professores e dos funcionários, contra o arrocho salarial de 0%, contra os cortes que estão acontecendo na nossa universidade agora, [que] afetam o cotidiano do estudante”, declarou Felipe Bisulli (DCE-Livre da USP). “As nossas bolsas não estão caindo, não estamos tendo trabalho de campo, que faz parte da nossa graduação, nossos laboratórios estão sem manutenção, não tem contratação de professores e as nossas salas de aula estão superlotadas”, explicou.

“Não podemos deixar que a universidade chegue ao mesmo patamar da escola de primeiro e segundo grau”, disse Marcílio Ventura (STU), fazendo referência ao sucateamento da rede pública estadual. Magno de Carvalho (Sintusp) destacou a importância do apoio à luta dos metroviários e à reversão das demissões de 42 profissionais, ordenadas por Alckmin.

Também se manifestaram re-



Manifestantes na escadaria da Catedral da Sé

presentantes da central sindical CSP-Conlutas, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) e do Fórum Paulista da Educação Infantil (FPEI). “Os reitores se negam nesse momento a negociar, como parte de uma política geral do governo [estadual]. O argumento é de que não tem dinheiro. A pergunta que fica é sobre os mecanismos de sonegação internos à universidade e desvio de dinheiro para outros fins e para outras coisas”, expressou Dirceu Travesso (CSP-Conlutas).

O presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino Prazeres, propôs a criação de mais universidades públicas em São Paulo, “para atender a toda a população”. O sindicalista, graduado em Matemática pela USP, criticou Alckmin: “O debate mais uma vez é com o governador do Estado. Ele mostra para quem governa: os ricos e os empresários”.

“Simulacro”. Uma forte pancada de chuva, ocorrida pouco depois das 14 horas, causou o encerramento antecipado da Aula Pública. O professor aposentado Paulo Arantes (FFLCH) foi designado para falar em nome de todos os convidados.

Arantes ministrou uma curta e incisiva aula sobre o processo de privatização das universidades públicas. Preliminarmente, ele se referiu ao direito à educação, que hoje, a seu ver, representa apenas o acesso a um serviço ou produto: “A ideia de educação como emancipação, como autogoverno, como autonomia, como maioria, como capacidade de reflexão, intervenção pública e política, desapareceu. Porque desapareceu atrás dela a mobilização social que a empurrou trinta anos atrás”.

Outra mudança nesse “vocabulário geral dos direitos” seria “o fantasma da privatização como abolição de direitos”, na visão do professor. Para falar desse tema, ele optou por discorrer sobre algo que não é tão evidente: seria “muito fácil bater nas fundações de apoio, porque — é óbvio — é simplesmente um negócio”. Mais difícil, ponderou, é entender “a nossa participação em todo esse processo de privatização do ensino superior público no Brasil e em particular no Estado de São Paulo”.

E como se deu tal participação? “A cada volta do parafuso da história recente, nós nos deixamos levar, nos deixamos conduzir, deixamos que a universidade, que foi uma instituição, se transforme numa organização, da qual nós fazemos parte”, prosseguiu. “Particularmente a Universidade de São Paulo, que é a mais oligárquica, a mais elitizada, se transformou há muito tempo numa organização de cujas engrenagens nós professores fazemos parte voluntariamente, queiramos ou não”.

Pois bem: “Nós deixamos que a universidade se transformasse numa espécie de simulacro de fábrica, com professores docilizados, disciplinados e apassivados. E apassivados por um mecanismo muito complexo de governo, que afeta a todo mundo, tanto na universidade como no mundo do trabalho, que chama-se avaliação. Não é à toa que os professores da rede municipal se voltaram contra o sistema de ‘aprender a aprender’... é aprender a ser avaliado! Avaliado por seu desempenho. Essa avaliação nós a implementamos, nós participamos e nos autogovernamos para essa avaliação”.

Arantes mencionou que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou



Professor Paulo Arantes

naquele dia matéria na qual os três reitores “se vangloriam da organização empresarial e gestonária da universidade, não há nenhum problema, todas as regras são cumpridas”. Para que essas regras sejam cumpridas, disse o professor, “é necessária a colaboração dos pesquisadores, dos professores, e sobretudo dos estudantes, inclusive os estudantes de pós-graduação, que são os que mais sofrem em cumprir metas de produtividade”.

A avaliação, continuou, é uma imitação do sistema de preços do mercado. “Como é impossível avaliar o desempenho de 80 mil pessoas individualmente, fazem um sistema de índices, que são [como] o sistema de preços relativos, não remetem a nenhuma realidade. E nós trabalhamos para alimentar esse sistema de índices, com o ranqueamento de nossa posição, dos nossos departamentos, dos nossos estudos e da nossa universidade. Isso é justamente o que nós podemos entender como privatização. A universidade está sob violência autoinfligida. Ela se comporta como se fosse um sistema de empresários, que produzem uma mercadoria que não existe. A universidade não produz nenhuma mercadoria, é uma mercadoria falsa, e portanto é uma construção política fictícia”.

Concluiu: “Nós nos matamos, adoecemos, enlouquecemos, somos arrochados, para produzir uma coisa que é absolutamente fictícia. Voluntariamente: nós trabalhamos para nos autoavaliar. Diante dessa devastação social, psíquica, intelectual e política, falar em mensalidade, falar em fundação de apoio”, ou mesmo de alguma complementação orçamentária, “é conversa miúda”.

Quem elegeu Boueri foi a EACH, diz Saldiva, portanto “quem tem de resolver o problema é a própria EACH”

O professor Paulo Saldiva (FMRP), presidente da Comissão Especial criada na gestão Zago-Vahan para acompanhar a crise ambiental da EACH e propor soluções, declarou no dia 11/6 — durante sua exposição no seminário “Contaminantes ambientais, Risco à Saúde e a Biorremediação: o caso do *campus* da EACH” — que cabe à própria unidade “resolver o problema”, isto é, a contaminação ambiental do *campus*, uma vez que foi a própria unidade que elegeu o antigo diretor Jorge Boueri, responsável por um enorme aterro ilegal realizado em 2010 e 2011.

Saldiva, que defende a imediata desinterdição e retorno ao *campus*, minimizou os riscos à saúde: “Posso garantir que tem vários condomínios em São Paulo em condições muito piores do que a EACH”. No seminário, ele propôs a criação de uma “estrutura de toxicologia ambiental” e de um “núcleo de pesquisa de remediação do solo”.

O evento foi promovido por coordenações da EACH, com apoio declarado da direção da unidade, com a finalidade de “difundir informações de qualidade sobre os problemas ambientais do *campus*”. A direção da unidade sinalizou apoiar as propostas de Saldiva. A vice-diretora, professora Neli de Mello Théry, apresentou uma “Proposta de criação e implantação do Centro

de Monitoramento, Remediação e Gestão Ambiental de Áreas Contaminadas na USP”, na linha sugerida pelos “notáveis” no seu controverso parecer (<http://goo.gl/YXNggM>).

Greve de 2013. No seminário, a professora Michele Schultz (EACH), membro da Comissão Ambiental (CA), discorreu sobre os problemas ambientais e institucionais da unidade, falando também do movimento de greve de 2013, bem como da constituição da CA e do Grupo de Trabalho Técnico.

O professor Scandar Ignatius (IPT) afirmou que testes e simulações por computador estão demonstrando bom funcionamento do sistema atual de drenagem do metano, a cargo da Weber Ambiental. Contudo, ele precisa ser totalmente instalado e totalmente testado.

A professora Viviane Nunes (EACH) apresentou os dados de contaminação em mapas. Sustentou que não há risco na contaminação existente, desde que não se tenha contato com a terra contaminada. A professora Elen Aquino Perpétuo (Unifesp, EP) explicou modelos de remediação ambiental com utilização de organismos vivos (bactérias e plantas). Apresentou as possibilidades, mas não um plano de remediação para a contaminação da EACH. Os tempos necessários podem ser de mé-

Pérolas de Saldiva

Lobby sobre MPE

“A comissão não tem acesso ao Termo de Ajuste de Conduta, eu nunca sentei com ninguém da Cetesb, nunca sentei com ninguém do Ministério Público para discutir esse assunto. A única coisa que eu fiz foi ligar para o promotor Lutti e disse assim: ‘Eu não quero interferir na sua decisão, mas por favor, considere a possibilidade de que a USP seja um órgão assessor técnico do Ministério Público para questões de contaminação ambiental, vê se isso provoca a nossa Universidade a assumir um papel mais socialmente responsável’”.

A culpa é da EACH

“O funcionamento do *campus* seria para mim a melhor forma de resolver o problema e começar o processo. A gente tinha visto documentos do que tinha no solo e eu posso garantir que tem vários condomínios em São Paulo em condições muito piores do que a EACH está. Mas isso não é uma comissão externa que tem que resolver. Veja, quem elegeu o diretor da EACH? A EACH, então quem tem que resolver o problema da EACH é a própria EACH, aprendendo com os erros”.

Entre dois horrores

“Que é horroroso estar entre tapumes, é. Que é horroroso você não saber em que área você pode andar em cima da grama, é. Mas eu acho que também é igualmente horroroso você não ter um lugar para ficar, você não ter laboratório para ter aula. Então entre horror e horror...”

dio a longo prazo, dependendo das concentrações, condições etc.

Na fase de debate, a professora Adriana Tufaille (EACH) questionou a visão otimista apresentada por vários dos expositores. A biorremediação levaria muito tempo, observou ela, e a atual crise financeira da USP lança incertezas quanto

a se obter verbas para as pesquisas propostas. Acrescentou que o geólogo Elton Gloeden, da Cetesb, afirmou que grama não protege da contaminação. Em suma, disse ela, nada do que foi proposto parece resolver os problemas ambientais a curto prazo e permitir a liberação do *campus*.

STF mantém período probatório de 6 anos para RDIDP

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Adusp em 2001, em face do artigo 6º da Resolução USP 3.533/89, que determina que o docente que ingressar no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) será submetido a um período de experimentação de seis anos —podendo esse prazo ser dilatado por mais dois anos por decisão da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT)! — teve seu desfecho com o julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à improcedência dos recursos ajuizados por esta entidade.

Na decisão de origem, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) entendeu pela legalidade do período de experimentação de seis

anos no RDIDP, que seria juridicamente diverso dos três anos do estágio probatório, tempo hábil necessário para alcançar a estabilidade no cargo.

O STF, por sua vez, entendeu que, em se tratando de matéria abordada pelo TJ-SP à luz da Constituição do Estado, não caberia a rediscussão em instância superior. Em outras palavras, o STF absteve-se de julgar o mérito da ação.

Exigência descabida. O processo foi acompanhado em Brasília pela assessoria jurídica do Andes-Sindicato Nacional e, apesar dos esforços empreendidos e da interposição de todos os recursos cabíveis, infelizmente o STF decidiu por não rever a matéria.

Desse modo, não tivemos uma reanálise da questão, prevalecendo o entendimento do TJ-SP.

A Adusp mantém sua posição de que é totalmente descabido estender, para além do prazo constitucional de três anos estipulado para o estágio probatório dos servidores públicos, a exigência de período de experimentação no RDIDP, que amplia para até oito anos o intervalo de tempo em que o docente precisaria comprovar sua aptidão profissional.

Esse tipo de possibilidade visa, antes, criar mecanismos para o controle centralizado e produtivista das atividades individuais dos docentes, o que se contrapõe à perspectiva defendida pela Adusp de que o processo de avali-

ação institucional do ensino, da pesquisa e da extensão deve ser realizado com base em uma retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, e nas condições concretas em que se dá o trabalho acadêmico e técnico-administrativo, tendo por objetivo a melhoria da qualidade, referenciada em processos e não apenas em produtos, garantindo a participação da comunidade universitária em sua elaboração e implementação (<http://bit.ly/1jMIpt0>).

Ademais, a exigência de tempo de experimentação específica para um regime de trabalho resulta da disposição da USP de “legislar” por conta própria, atropelando normas gerais federais e estaduais previstas para a administração pública.

Zago decepciona docentes em Ribeirão Preto

“Quem não negocia, renuncia!”. Apitos, cornetas, algumas palavras de ordem e muita animação de mais de uma centena de manifestantes —funcionários técnico-administrativos, estudantes e docentes — que logo cedo se dirigiram ao Anexo A da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), em 13/6, não foram suficientes para que o reitor Marco Antonio Zago aceitasse receber as três categorias conjuntamente.

Ele preferiu reunir-se separadamente com representações dos funcionários técnico-administrativos (pela manhã) e dos docentes (no início da tarde) e realizou reuniões plenárias com estudantes. O encontro com lideranças locais dos funcionários durou quase uma hora e meia. A conversa foi frustrante, disseram os representantes da categoria, em assembleia realizada imediatamente depois, diante do Anexo A. “Enquanto tiver prédio trancado, enquanto não tirar corrente da Faculdade de Odontologia não vamos negociar”; “Vocês têm que saber que tipo de universidade querem”; “Se falar que não tem democracia na USP a conversa acaba”, foram algumas das declarações do reitor repassadas à assembleia pelos sindicalistas André Orlandin (Raposão) e Fernando Tremura.

“O reitor se mostrou muito truculento, principalmente com as mulheres”, acrescentou Tremura. Dulce de Brito disse ter levantado a questão do cadastramento de dependentes no Sisusp, que Zago “não quis saber”, rejeitando de pronto. “Várias vezes ele acenou com a pauta específica”, contou. “Falou que mandou embora os coronéis [da Superintendência de Segurança], que ganhavam muito”.

Após a reunião com os funcionários, Zago conversou com alunos da Medicina e de outros cursos, num auditório da FMRP. A eles, declarou que “o Estado de São Paulo já repassa muito dinheiro para a USP” e que a universidade não dá retorno suficiente.

“Obstrução” A reunião com um grupo de docentes, que havia sido solicitada pelo Conselho de Representantes da Adusp Regional de Ribeirão Preto, durou pouco mais de uma hora. A conversa começou com uma exortação do professor Plauto



Docentes aguardam para conversar com o reitor em sala da FMRP, em 13/6

Watanabe (FORP) ao reitor para que se esforce em reabrir as negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis. Ao responder, Zago criticou a decisão das categorias de entrar em greve, e voltou a insistir em “pautas específicas” como eventual caminho de negociação: “Nós fizemos uma reunião inicial do Cruesp com o Fórum das Seis e dissemos que a situação financeira das três universidades, não só da USP, era muito grave; e que estaríamos dispostos a discutir as pautas específicas de cada uma das universidades. Os sindicatos se negaram. Entraram em greve. Passado algum tempo passaram a solicitar nova reunião. Dissemos que sim desde que sem obstrução de prédios. O impasse é que há prédios obstruídos”, afirmou, citando a Administração Central e um cadeado colocado na Clínica Odontológica da FO de São Paulo.

“A situação financeira das universidades, as três, não é invenção minha; e não quero fazer ‘caixa 2’ para o PSDB, que foi a explicação mais exótica que ouvi”, disse o reitor, passando a detalhar suas alegações para arrochar salários: “A raiz é o comprometimento com a folha de pagamentos”. Na gestão anterior teria havido um número “descabido” de contratações de funcionários (2.414, elevando o total a 17.574), o que “nos transformou numa universidade de servidores”, sendo que “mais de metade dos servidores teve aumento de 100%”.

O professor Benedito Machado (FMRP) insistiu na importância da negociação: “O que nós queremos é que você discuta esses números no âmbito do Cruesp [com o Fó-

rum das Seis]. Vamos debater esses números à exaustão”, propôs, ao que Zago retrucou: “Mas já foram [debatidos]”, e queixou-se do noticiário dos jornais. Machado então recorreu a uma metáfora, sugerindo que o reitor se veja como capitão ou timoneiro de um navio: havendo forças interessadas em “afundar esse navio”, ele teria que “conversar com a sua tripulação” para evitar o naufrágio. “Essa comunidade não pode ser tratada com essa dureza”, reforçou o professor, fazendo alusão à intransigência de Zago.

O reitor retomou a tese de que desconhecia a gravidade da situação financeira da USP (“o Conselho Universitário [Co] foi iludido, foi mal informado”, alegou que houve uma “administração caótica do ponto de vista financeiro” e obras sem lastro, citou medidas de investigação dos fatos, como a contratação de uma empresa para realizar auditoria — “se bem que estou achando até que isso não será necessário”).

Na sequência, o reitor tentou atribuir às entidades que compõem o Fórum das Seis a responsabilidade por ataques sofridos pela USP, acusando-as de “coação” e “chantagem” pelo fato de haverem encaminhado a greve contra o reajuste zero. A professora Bianca Correa (FFCLRP) contestou: “Se há um tom de chantagem, é nos comunicados que vocês enviam”. A professora Teise Garcia (FFCLRP), defendendo a greve como instrumento legítimo, frisou: “Nenhuma das entidades — nem Adusp, nem Sintusp, nem DCE — pode ser responsabilizada pela posição privatista da Folha de S. Paulo”.

“Visão ideológica” Zago deixou claro que não pretende lutar por aumento de recursos para as universidades: “Nós vamos ter que resolver isso internamente, sem levarmos essa crise às portas do governo. Não existe ambiente para isso [aumento de repasses na LDO-2015] na Assembleia Legislativa. Existe uma visão política, até partidária, ideológica, de levar isso para o governo”. Ficou irritado quando a professora Bianca mencionou a subtração de repasses de ICMS do governo para as universidades, denunciada pela Adusp: “Não é verdade. A perda de repasses é um dado falso. Não tem que ser discutido”, contestou ele, dizendo basear-se em artigo do secretário Andrea Calabi, da Fazenda.

Diante das reiteradas manifestações do reitor de que não pretende cobrar recursos adicionais do governo estadual, o professor Marcos Cassin (FFCLRP) questionou: “Mas a expansão realizada não foi a pedido do governo?”, ao que Zago desconversou: “Não sei, eu não estava lá”. Mais adiante, reconheceu que há um compromisso quanto a Lorena (EEL): “Já encaminhei ao governo. Mas isso representa [apenas] R\$ 60 milhões por ano”.

Por fim, como justificativas para o arrocho, o reitor ainda acrescentou duas novas alegações às anteriores. Em primeiro lugar: “fazer reajustes salariais nesse momento é impossível, do ponto de vista técnico e do ponto de vista jurídico inclusive”. Em segundo lugar: as universidades públicas estaduais e o Centro Paula Souza graduam 40 mil pessoas por ano, muito pouco segundo ele, uma vez que “o governo estadual investe R\$ 10 bilhões por ano” no sistema. Essa afirmação motivou a imediata indignação dos docentes. “Nós juntos temos que defender a universidade pública. Por favor, nosso reitor não pode falar isso”, disse o professor Machado em tom de repreensão.

No final da reunião, os docentes entregaram ao reitor uma carta aberta intitulada “Quem manda no Cruesp? Quem cancelou a reunião com o Fórum das Seis?” (<http://bit.ly/1quVndX>), que pede a imediata retomada das negociações salariais.

Terá Zago cruzado o Rubicão?

A leitura da entrevista concedida por Marco Antonio Zago à notória revista semanal *Veja* — que veio à luz nas páginas amarelas da edição de 25 de junho, sob o enigmático título “É preciso arriscar mais” (<http://bit.ly/1nElQli>) — deixa de imediato uma dúvida: qual dos dois se superou desta vez, o reitor da USP ou a publicação da Editora Abril cofinanciada por capitais sul-africanos (grupo Nasper)?

Zago comportou-se, frente aos repórteres de *Veja*, como César prestes a empunhar as rédeas do seu destino e tomar de assalto as cidadelas inimigas. Pensando estar cruzando o Rubicão da reforma universitária tão almejada pelos neoconservadores brasileiros, não mediu palavras: acionou a metralhadora giratória e não deixou pedra sobre pedra. Seus alvos? A universidade pública (que diz defender), o corpo docente em geral, a carreira docente, os direitos inerentes aos cargos, o RDIDP, os perigosos sindicatos...

Exagero? Para facilitar a avaliação dos leitores, elencamos as frases mais impactantes do reitor:

“Seria muito melhor se houvesse um orçamento anual definido e a prerrogativa de contratar ou demitir [professores] de acordo com o desempenho. Porém, o foco na qualidade e na meritocracia é algo estranho à administração do ensino superior no Brasil. A estabilidade precoce de professores e funcionários paralisa as coisas. Isso não existe em nenhum outro lugar do mundo”.

“Isso [a USP implantar o modelo que privilegia a meritocracia] depende de questões políticas e de leis federais. Mas, internamente, é preciso abandonar a dinâmica de sindicalismo na vida universitária”.

“Em lugares como Harvard ou ... o MIT, os diretores das universidades contratam pesquisadores pagando o salário que consideram que eles valem. Aqui, isso não é possível. Não temos diferenciação salarial. Não oferecemos premiações”.

“Criamos também um grupo para propor mudanças no regime de dedicação exclusiva, revendo critérios de promoção e progressão na carreira”.

“Os pesquisadores precisam se arriscar mais, sair da zona de conforto que os leva a projetos



de sucesso garantido de antemão ... o tempo passa, eles criam vínculos estáveis e passam a dispor de uma estrutura de pesquisa. Para quê? Para continuarem repetindo experimentos consagrados ... Atualmente, no Brasil, tanto as universidades quanto as agências de pesquisa premiam a prudência e inibem a inovação”.

Mais ousado. A professora Priscila Figueiredo (FFLCH) ironiza a justaposição feita pela revista (“A falta de ousadia dos pesquisadores e a predominância da cultura sindicalista”) no texto de abertura da entrevista: “É, de fato, uma coisa deve se dar em razão da outra”.

Na opinião da docente, o reitor mostra-se ainda mais ousado que na entrevista anterior, concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Lá, o jornalista perguntava sobre a possibilidade de acabar com a estabilidade e mudar o estatuto jurídico da USP — e ele, embora não recusasse efetivamente a proposta, ponderava que se tratava de algo difícil politicamente, na universidade e no governo; e então dizia, como quem tira um coelho da cartola, que ao menos no RDIDP era possível mexer. Agora, ele parece bastante robustecido para enfrentar as dificuldades políticas que dizia haver. A ênfase mudou”. É como se Zago dissesse,

sugere Priscila: “Sim, dará trabalho, mexer em leis federais e tudo isso, mas e daí?”

Apoiando-se numa comparação feita por Noam Chomsky, Priscila vê um grande risco de, caso implantadas as medidas pretendidas por Zago, a USP tornar-se “um Walmart piorado: sem estabilidade, sem regime integral, sem sindicato, sem espírito crítico, mas com muito espírito de inovação!, o que quer que seja isso”.

Ainda segundo a professora, o reitor “parece missionado a realizar o grande projeto de Atcon”, um dos consultores americanos que vieram ao Brasil a pedido dos militares para elaborar diretrizes para reformas estruturais e funcionais nas universidades, compiladas no projeto MEC-Usaid. “Como disse Atcon: ‘Uma universidade autônoma é uma grande corporação, não uma repartição pública’. A impressão é que *Estadão*, *Veja*, Zago e *tutti quanti* estão muitíssimo preocupados com os surtos dos últimos anos de movimentos por mais democracia dentro da USP. Mencionam o sindicalismo, as greves dos últimos anos, e agora querem quebrar de uma vez por todas a categoria, pulverizando-a na fauna do precariado”.

“Batalha decisiva”. Outro que contesta as afirmações do reitor é o professor Pierluigi

Benevieri (IME), para quem até recentemente a estabilidade de professores e funcionários acontecia nas universidades de toda Europa, inclusive na Inglaterra, e a situação só mudou mediante o avanço do neoliberalismo. “A visão do atual reitor prevê uma transformação radical da universidade, do modelo de universidade. Cabe destacar que tais ideias, que provavelmente serão traduzidas em um projeto orgânico no próximo futuro, nunca foram debatidas na campanha para eleição do segundo semestre de 2013”.

Ainda segundo Pierluigi, a frase “É preciso abandonar a dinâmica de sindicalismo na vida universitária” é “tatcheriana [de Margaret Thatcher] no sentido estrito da palavra”, revelando a intenção de Zago de “destruir de fato a oposição sindical/política dentro da universidade”.

As palavras do reitor são finalmente coerentes com a sua postura, na opinião do docente. “Ele em primeira pessoa determinou e escolheu o conflito [e não a negociação]. Ele está se preparando para uma batalha radical e decisiva”, adverte o professor do IME. “Desmontar a atual universidade como entidade ao serviço da sociedade para transformá-la numa instituição de mercado e de lucro. Destruir a Adusp ou marginalizá-la faz parte do pacote”.